



Os sistemas de espaços livres como instrumento de leitura da morfologia urbana e suas implicações sócio ambientais no Município do Rio de Janeiro¹

Vera Regina Tângari 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Projeto de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: vtangari@fau.ufrj.br

<https://doi.org/10.47235/rmu.v10i1.246>

Pressupostos e questionamentos iniciais

Esse texto introduz as questões debatidas e estudadas por pesquisadores, professores, profissionais e estudantes, no âmbito do Grupo de Pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro-SEL/RJ do PROARQ-UFRJ, entre 2007 e 2021, a respeito dos sistemas de espaços livres nas nossas cidades e regiões². Estabelece como marco a discussão de pesquisas que evidenciam os aspectos do acesso e do uso dos espaços livres de edificação nas cidades brasileiras, com foco no Estado e no Município do Rio de Janeiro, e seu rebatimento sobre a esfera pública, em termos de gestão, projeto e apropriação.

Apresenta os pressupostos aplicados para análise do papel dos espaços livres de edificação na configuração urbana do Município do Rio de Janeiro. Esses espaços tem função importante no processo de constituição da forma, na caracterização de tecidos urbanos e na definição de centralidades que se concentram em torno e ao longo dos espaços livres de circulação e permanência: ruas, avenidas, praças, largos. Os estudos realizados auxiliam no entendimento sobre os aspectos observados relativos à segregação sócio espacial presente no Município do Rio de Janeiro.

Como pressuposto, entendemos que a morfologia espacial e social das nossas cidades reflete a organização da sociedade brasileira e, pelo caminho inverso, é moldada pelas lógicas, relações e dinâmicas sociais que têm lugar em nossas cidades, que se exprimem, de forma direta ou indireta, na configuração dos espaços livres de edificação, públicos e privados, consideradas suas

características de propriedade, acesso, desenho, uso e apropriação.

Tarefa pouco fácil é falar de espaço sem falar de tempo, pois essa interligação da noção de tempo e de espaço é uma construção social (SANTOS, 1997). A sociedade ocupa o espaço num determinado tempo e em vários tempos, e as transformações ou cristalizações no tempo, de modelos ou formatos diversos, ocorrem pela ordenação, pelos usos e pela forma como se refletem no espaço. O tempo passa e a noção de um espaço no tempo não (Roberto Damatta, 1991: 41).

Na atualidade, os resultados das mudanças ocorridas no espaço urbano vêm formando paisagens que pressupõem novas formas de apropriação cultural. Apesar de exercer um papel de destaque na paisagem da cidade, Silva (2004) coloca que o espaço urbano público vem sendo relegado ao tratamento de questões ligadas à circulação de veículos e pedestres, comprometendo o seu caráter de sociabilidade e de proporcionar encontros, desenvolvendo uma paisagem desprovida de identidade.

Compromete-se a paisagem e aumentam-se os conflitos. Compreender a relação dos sistemas de espaços livres com a esfera da vida pública e privada e avaliar a gestão pública com projetos e ações na busca de políticas sustentáveis representam o caminho indicado para o desenvolvimento de reflexões e pesquisas desenvolvidas e aqui apresentadas.

A construção social das paisagens brasileiras

Com base em pesquisa anterior, referente à constituição morfológica, ambiental e cultural

geobiofísico; as formas de parcelamento; as relações bi e tridimensionais entre espaços edificados e não edificados; os diversos sistemas de espaços edificados, através de estudos tipo-morfológicos aplicados à escala da quadra e do lote; os diversos sistemas de espaços não-edificados, também definidos como espaços livres de edificação ou urbanização (MAGNOLI, 2006a, 2006b), tanto públicos como privados (TÂNGARI, 1996; 1999).

O aprofundamento sobre a paisagem suburbana da cidade do Rio de Janeiro deu margem a novas indagações a partir do interesse em entender os processos de construção social da paisagem na cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades, através das múltiplas indagações que a sua análise oferece: qual a recorrência de padrões de ocupação espacial e dos tipos de paisagem produzidas? quais as diversidades desses padrões e dos tipos e as causas de sua constituição? como essas divergências e convergências ajudam a entender sobre a segregação espacial, a adaptação a modelos, a vulnerabilidade da ocupação, a fragilidade dos suportes, o potencial de transformação, os impactos decorrentes?

O papel dos espaços livres urbanos na conformação e definição de tecidos e centralidades

Ocupando uma superfície de 1.199,828 km², com uma população de 6.320.446 habitantes e uma densidade bruta de 53 hab./ha em 2010 (IBGE, 2011), o município do Rio de Janeiro apresenta urbanização compacta, entremeada por unidades de conservação do domínio montanhoso (Maciços da Tijuca e Pedra Branca) e lagunar (lagoas Rodrigo de Freitas, Tijuca, Camorim e Marapendi) e limitadas

pelo Oceano Atlântico e baías de Guanabara e Sepetiba (Tângari *et al.*, 2012) (Figura 1). Seu território se configura por setores urbanos com graus diversificados de consolidação, com padrões distintos de ocupação e de densidade construída e com algumas regiões reservadas para expansão.

A morfologia do tecido urbano foi condicionada pela leitura das condições de suporte geobiofísico, resultando numa ocupação compacta, fragmentada pela incidência dos maciços que cortam o tecido urbano (SCHLEE, TÂNGARI, 2008). Em pesquisa anterior realizada pelo Grupo SEL-RJ entre 2007 e 2011, com base na pesquisa coordenada pelo Laboratório QUAPA-SEL da FAUUSP (CAMPOS *et al.*, 2011 e 2012), foram identificados padrões gerais de ocupação das quadras urbanas, mapeando a relação entre espaços livres privados (incidentes dentro das quadras urbanas) e incidência de verticalização.

Para demonstrar a relação entre suporte físico e morfologia e orientar demais estudos subsequentes, a partir de 2016 foi atualizada a análise na escala da quadra urbana, também com base nos debates conduzidos pelo Laboratório QUAPA-SEL da FAUUSP. Nessa pesquisa nos dedicamos a estudar as características gerais do tecido urbano de acordo com a classificação baseada nos seguintes aspectos: Tecidos urbanos consolidados, Tecidos urbanos não consolidados, Espaços com densa cobertura arbórea, Espaços com predominância de forrações, Centralidades e Espaços livres de uso especial. Os referidos aspectos são apresentados na Figura 2.

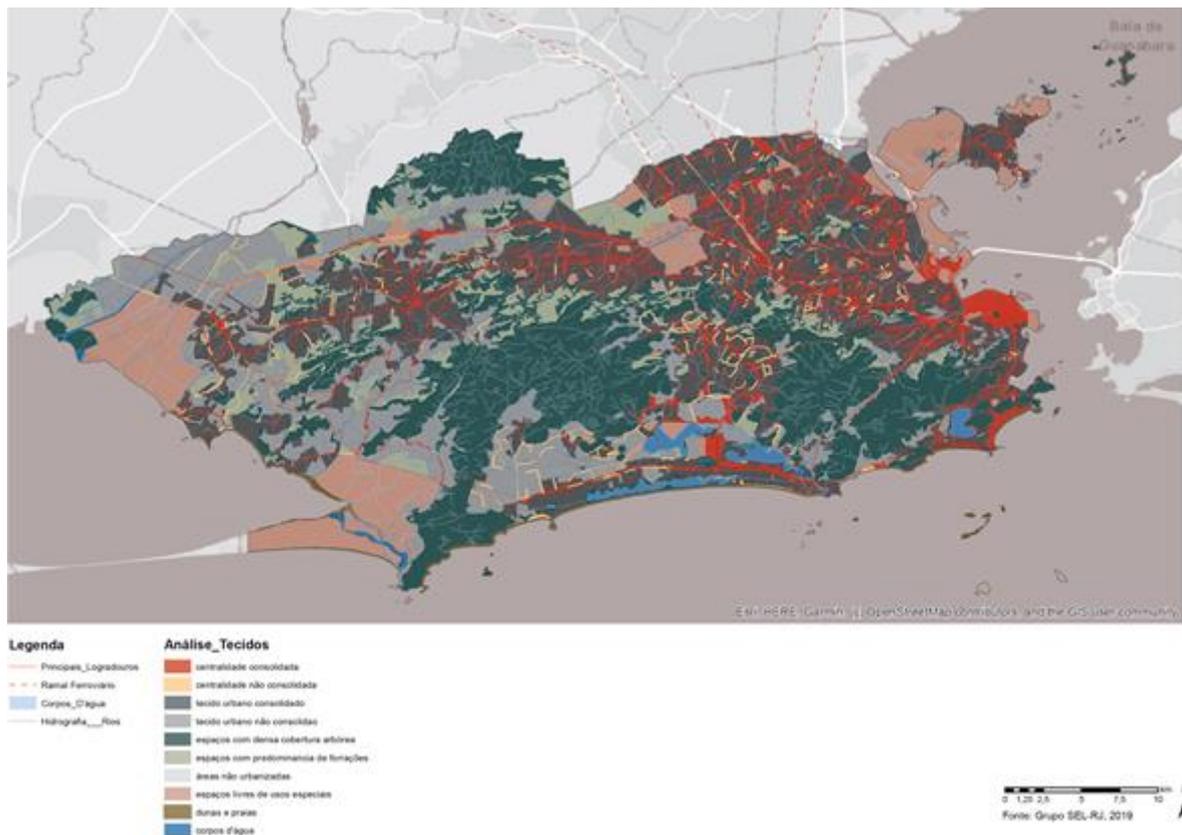


Figura 2. Tecidos urbanos e centralidades (fonte: SEL-RJ, 2016).

Características gerais do sistema de espaços livres de edificação

O sistema atual de espaços livres de edificação do Rio de Janeiro, segundo a conceituação de Magnoli e Macedo (MAGNOLI, 2006a e 2006b; Macedo *et al.*, 2009, 2018), de forma geral é fragmentado e diversificado. Em relação aos espaços livres públicos, sua distribuição na malha urbana não obedece, de maneira geral, às reais necessidades do conjunto da população, concentrando-se pelas áreas de moradia mais abastada, nos setores sudeste e sudoeste da cidade apresentados anteriormente. Nesses setores, o sistema se estrutura principalmente ao longo da orla do oceano e das lagoas, e ao longo das vias de penetração nos bairros, sendo resultado, nesse caso, dos loteamentos que os originaram. Quanto aos espaços livres privados, resultam dos distintos tecidos urbanos, descritos anteriormente, do suporte físico natural e da legislação urbanística.

Em relação à classificação, para efeito de análise e conforme pesquisas anteriormente desenvolvidas (TÂNGARI *et al.*, 2009), os

espaços livres públicos, foco desse item, foram divididos em três categorias: espaços livres de caráter urbano, públicos e privados, espaços livres de caráter ambiental, e espaços livres de caráter rural. A legislação urbanística e a situação de propriedade foram os aspectos que nos auxiliaram a propor essa subdivisão.

Dentre os espaços livres de caráter urbano, públicos e privados, são considerados os espaços passíveis de parcelamento e loteamento baseadas na legislação urbanística. Os espaços de caráter ambiental são aqueles restritos a parcelamento e loteamento regidos por legislação de proteção ambiental – Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Os espaços de caráter rural são aqueles não passíveis de loteamento e parcelamento localizados fora do perímetro urbano.

A análise apresentada na Figura 3 foi realizada para os espaços livres públicos, ou seja, aqueles situados fora das quadras e lotes urbanos, e privados, por incidência na superfície das quadras.

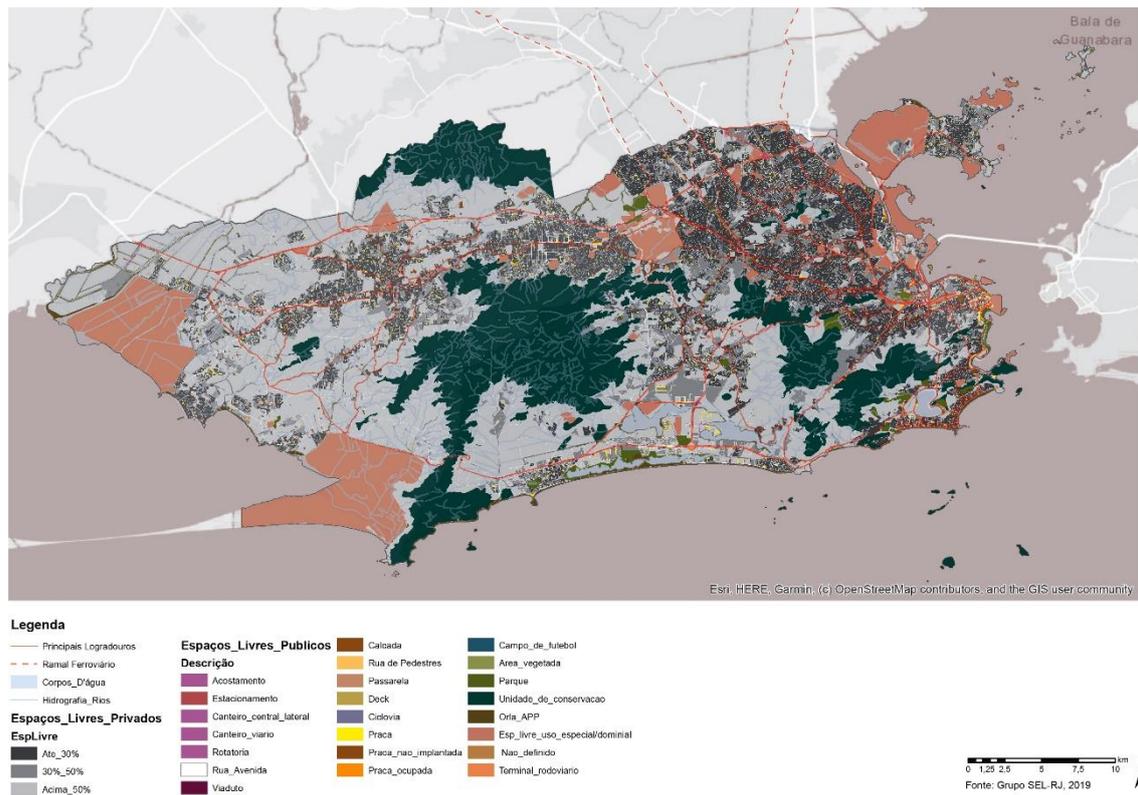


Figura 3. Mapa dos espaços livres públicos – Rio de Janeiro (fonte: SEL-RJ, 2016).

A análise realizada por Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro, a partir do estudo apresentado sobre os tecidos urbanos e centralidades e com base nas categorias e tipos acima descritos e localizados, levou a uma conclusão preliminar sobre a distribuição geral dos espaços livres públicos na cidade:

- nos setores urbanos a norte e a nordeste, onde incidem elevadas densidades habitacionais e populações com faixas de renda média a baixa, incide pouca quantidade de praças, parques, campos de futebol, e sobressai a densa malha viária e ferroviária;

- no centro, que concentra a parte histórica da cidade, incidem praças, calçadões e parques com incidência de atividades de comércio e serviços e concentração residencial inexpressiva;

- nos setores urbanos a sudeste e a sudoeste, que concentram as faixas de população de renda média alta e alta situadas entre os maciços montanhosos e a orla, distribuem-se parques de diversas modalidades (recreativo,

de conservação, esportivo, cultural), ocorrem poucas praças, mas destaca-se a faixa de orla marítima que de fato é utilizada pela população de forma intensa como um grande parque linear e contínuo;

- nos setores urbanos a oeste junto à orla costeira, com populações localizadas de forma mais heterogênea e com faixas de renda média e média alta, incidem praças oriundas de loteamentos, mas destaca-se a faixa contínua de praias que são acessadas pela população de forma geral;

- nos setores urbanos a oeste entre os maciços, com populações localizadas de forma mais pontual e concentrada ao longo de eixos viários e ferroviários e com faixas de renda média a baixa, ocorre a maior quantidade de praças, campos de futebol, e também de praças ocupadas e não implantadas, correspondendo a setores loteados mais recentemente e com pouco investimento ou fiscalização por parte do poder público.

Considerações finais

O texto apresentado pretende contribuir para ampliar os instrumentos metodológicos de análise morfológica, buscando relacionar as formas e os usos dos sistemas de espaços livres de edificação à leitura e análise das esferas pública e privada rebatidas sobre a paisagem urbana. Oferece-se para demais pesquisadores que busquem associar estudos de morfologia, paisagem e planejamento com foco no objeto constituído pelos espaços livres e sua regulação e proposição.

Com as questões levantadas e resultados obtidos nos diversos estudos apresentados, podemos concluir que a prática de gestão pública, que se apoia na intervenção pontual, casual e direcionada em apenas algumas partes das cidades ou regiões do país, é resultado da ação conjugada entre setores econômicos de investimento privado e a administração pública, que tendem a concentrar recursos nas áreas mais privilegiadas. Sob o ponto de vista social, no entanto, concluímos que essas condições se deterioram à medida que as políticas públicas não avançam no sentido de reequilibrar investimentos públicos para habitação, transportes, serviços públicos e saneamento,

Referências

- Abreu, M. (1987) *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar.
- Campos, A. C., Queiroga, E. F., Galender, F. C., Degreas, H. N., Akamine, R., Macedo, S. S., & Custódio, V. (orgs.) (2012) *Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras*. São Paulo: FAUUSP.
- Damatta, R. (1991) *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.
- Harvey, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- IBGE (2011) *Censo Demográfico-2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Macedo, S. S., Queiroga, E. F., Campos, A. C. M. de A., Cossia, D., Gonçalves, F. M., Robba, F., et al. (2009) Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In

gerando a ocupação desigual no território e a ameaça constante de grandes desequilíbrios ambientais e vulnerabilidades sociais.

Iniquidades na distribuição da terra e da renda nos contextos urbanos no Brasil levaram a conflitos e contradições que se refletem claramente na construção da paisagem, na distribuição, na apropriação e no tratamento dos espaços livres e na sua relação com os espaços edificados. Quando sobre essa base territorial e sociocultural se investem recursos relacionados a investimentos mais intensivos e abrangentes, os conflitos e contradições tendem a se aprofundar.

Mesmo quando se podem prever cenários de transformações, permanecem sem respostas as seguintes indagações: como as populações se relacionam com essas mudanças, do ponto de vista de sua cultura, seus valores e símbolos agregados à paisagem e ao território? como os gestores públicos estão prevendo as novas demandas de habitação, transporte, infraestrutura, equipamentos? de que forma reagirão os sistemas ambientais? E, finalmente, como serão reconstruídas as paisagens nessas situações?

Tângari, V., Schlee M. B., & Andrade, R. (org.) *Sistema de espaços livres: o cotidiano, ausências e apropriações*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ.

Macedo, S. S., Queiroga, E. F., Campos, A. C. A., Galender, F. C., & Custódio, V. (2018). Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo: Edusp.

Magnoli, M. M. (2006a) Em busca de outros espaços livres de edificação. In *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios*, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 143-173.

Magnoli, M. M. (2006b) Espaço livre - Objeto de trabalho. In *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios*, nº 21. São Paulo: FAUUSP, p. 177-200.

Santos, M. (1997) *Pensando o espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1988) *Metamorfoses do espaço habitado - fundamentos teórico e*

metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec.

Schlee, M. B., & Tângari, V. R. (2008) As montanhas e suas águas: a paisagem carioca na legislação municipal (1937-2007). In: *Cadernos Metr pole*, v19, 271-291, São Paulo, PUC-SP.

Silva, R. de O. (2004) O lugar do espaço público na paisagem pós-moderna. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura, *Anais VII ENEPEA*. Belo Horizonte, Paisagens em Debate, 1-14.

Tângari, V. R. (1996) Paisagem una zona norte do Rio: o caso do Méier. In: *Paisagem e Ambiente -Ensaio*, n 8, São Paulo: FAUUSP.

Tângari, V. R. (1999) *Um outro lado do Rio: paisagem urbana da zona norte do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP.

Tângari, V. R., Schlee, M. B., & Andrade, R. (orgs.) (2009) *Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropria es e ausências*. Rio de Janeiro: PROARQ- FAU/UFRJ.

Tângari, V. R.; Rego, A. Q; Montezuma, R. C. M. (orgs.) (2012) *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – integra o e fragmenta o da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edifica o*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ.

Tângari, V. R. (2019) Sistemas espaciais abertos no Rio de Janeiro: as esferas pública e privada refletidas na paisagem urbana. In:

Alvares; Barbosa (org.) *Espaços públicos urbanos: das políticas planejadas   política cotidiana*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Villaça, F. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel.

Notas

¹ Parte substancial do conteúdo desse artigo foi publicada em: Sistemas espaciais abertos no Rio de Janeiro: as esferas pública e privada refletidas na paisagem urbana In: *Espaços públicos urbanos: das políticas planejadas   política cotidiana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v.1, p. 140-160. Contou na sua primeira e segunda partes com a coautoria de: M nica Bahia Schlee, urbanista e arquiteta-paisagista; doutora pelo PROARQ-FAU/UFRJ, mestre em Estruturas Ambientais pela FAUUSP e mestre em Arquitetura da Paisagem pela Pennsylvania State University; Marcia Wajsenzon, arquiteta e urbanista, doutora pelo PROURB-FAU/UFRJ e mestre em Habita o e Revitaliza o de Centros Urbanos pelo IHS/Holanda; Rubens de Andrade, paisagista, professor de História da Arte da EBA-UFRJ, coordenador do Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas, doutor pelo IPPUR/UFRJ e mestre pelo PROARQ-FAU/UFRJ.

² As pesquisas apresentadas foram financiadas por bolsas e fomentos de pesquisa provenientes do CNPq, da CAPES e da FAPERJ.

Editor responsável pela submissão: Karin Schwabe Meneguetti.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

